

**ILMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL –AGEVAP**

**ATO CONVOCATÓRIO Nº 024/2016**

**CONSÓRCIO** constituído pelas empresas **ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP**, com sede à Rua Dr. Jorge Meyer Filho, nº 93, Bairro Jardim Botânico, município de Curitiba-PR CEP 80210-190, inscrita no CNPJ sob nº 08.418.789/0001-07, registrada no CREA-PR sob nº 44.782, doravante denominada **ENVEX**; **ENGEBIO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua João Abbott nº 482, CEP: 90460-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 93.287.613/0001-32, Fone/Fax : + 55 (51) 3333-6005, doravante denominada **ENGEBIO**; **HABITAT ECOLÓGICO LTDA ME**, com sede à Rua Fernando Simas, 705, Bairro Bigorrião, município de Curitiba-PR, CEP 80.430-19, inscrita no CNPJ sob o nº 04.914.912/0001-20, registrada no CREA-PR sob o nº 40710, doravante denominada **HABITAT**; vem, com fulcro na Lei, por seu representante legal constituída e credenciada para defender os seus interesses no presente certame, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da respeitável decisão que o inabilitou no certame, requerendo desde já que V.Sas. modifiquem a decisão recorrida mas, por cautela, caso decida mantê-la, o que se admite apenas por hipótese, que se digne em determinar a juntada das razões que seguem anexas, remetendo-as à AUTORIDADE HIERÁRQUICA SUPERIOR, competente para processar e julgar o presente recurso.

N. Termos

P. Deferimento

Curitiba, 16 de novembro de 2016

---

**CONSÓRCIO ENVEX-ENGEBIO-HABITAT**

**À SUPERIOR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL –AGEVAP**

RECORRENTE:	<b>CONSÓRCIO ENVEX-ENGEPIO-HABITAT</b>
-------------	--

RAZÕES RECURSAIS;

Ilustre(s) Julgador(es),

A decisão recorrida necessita ser modificada em prol de consagrados *princípios jurídicos* que regem o processo licitatório, a saber: AMPLIAÇÃO DA CONCORRÊNCIA e INTERESSE PÚBLICO.

### **TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso administrativo é tempestivo eis que protocolado dentro do prazo de cinco dias úteis contados do ato administrativo através do qual a Administração deu às partes conhecimento público acerca da sua decisão relativa a inabilitação do Consórcio recorrente.

Considerando que a ata de julgamento foi elaborada e divulgada **após a audiência de recebimento das propostas** e em face da ausência das partes envolvidas naquele ato processual, e de cujo teor somente foi dado conhecimento cinco dias úteis atrás, restou prejudicado o procedimento de manifestação de intenção recursal que poderia ser lançado em ata.

Aliás, salvo melhor juízo, mesmo tendo constado no edital, manifestação de intenção recursal é descabido nesse tipo de procedimento licitatório

(concorrência), mas próprio de licitação do tipo **pregão**.

É que segundo o art. 4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520/02, o recurso deverá ser interposto na sessão, imediata e motivadamente após a declaração do vencedor do certame. Nessa mesma linha dispõe o art. 26 do Dec. nº 5.450/05, que trata da forma eletrônica, ao determinar que qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. Assim, em caso de licitação do tipo pregão deverá o licitante/preposto estar presente para se manifestar imediata e motivadamente sobre a sua intenção de recorrer, devendo registrar verbalmente na sessão quais são os atos de que discorda, bem como o motivo pelo qual discorda, sob pena de decadência. MAS ISSO SÓ É VÁLIDO PARA O PREGÃO, **REPITA-SE**.

**Lembre-se, por oportuno, que as regras contidas no edital não podem se sobrepor à LEI hierarquicamente superior, sob pena de ferimento ao Ordenamento Jurídico Pátrio. Tampouco é cabível, *in casu*, se criar obstáculos ao exercício do direito constitucional a ampla defesa e ao contraditório.**

Então, para evitar prejuízo, a parte recorrente já apresenta, neste ato, **AS SUAS RAZÕES RECURSAIS**.


Outrossim, por mera cautela, e para efeito do procedimento constante do item 11.1 da norma editalícia, que o presente expediente **também sirva de manifestação motivada de intenção de recorrer**, já que inexistente prazo certo e previamente definido no edital para tal procedimento, sendo que a autoridade administrativa também não notificou as partes, após a sua decisão, oportunizando que as mesmas manifestassem intenção recursal, limitando-se apenas a abrir prazo para a apresentação do recurso, senão vejamos:

Assim ficam as participantes cientes do resultado da habilitação, iniciando o prazo recursal em 08/11/2016, devendo ser observado os prazos e procedimentos previstos no edital.

A Comissão disponibilizará no site da AGEVAP as razões recursais em 17 de novembro de 2016, passando a contar o prazo de contra-razões independente de notificação individual.

No caso de não haver a apresentação de recursos será divulgada a data de abertura dos envelopes 2.

Resende, 07 de novembro de 2016

  
Marina Mendonça Costa de Assis  
Membro – Comissão de Julgamento

  
Horácio Rezende Alves  
Presidente – Comissão de Julgamento

  
Ana de Castro e Costa  
Membro – Comissão de Julgamento

E nunca é demais recordar que o recurso é um direito constitucional. E a fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso XXXIV, da Carta Maior, garante a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Já o inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Conforme nos ensina Maria Sylvia Zanella di Pietro:

*"dentro do direito de petição estão agasalhadas inúmeras modalidades de recursos administrativos, disciplinadas por legislação esparsa, que estabelece normas concernentes a*

*prazo, procedimento, competência e outros requisitos a serem observados pelos peticionários". (cf. in Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2006, p. 698).*

Recurso Hierárquico, segundo o saudoso mestre Diogenes Gasparini, é o "*meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado, especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto*". (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

## **OBJETO DA LICITAÇÃO**

O item 1(um) da norma editalícia convocou os interessados em contratar com a AGEVAP objetivando a elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos - PMGIRS - GRUPO 2, conforme disposições constantes no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I do Ato Convocatório, que por sua vez define as diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, de acordo com as Leis Federais nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e nº 11.405/2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e seus respectivos Decretos Regulamentadores nº 7.404/2010 e nº 7.217/2010.

## **DA DECISÃO RECORRIDA**

10	Consórcio Envex/Engebio/Habitat	Inabilitada	Empresa Engebio: Falta Recibo de entrega do SPED e Certidão de Falência e Concordata. A certidão apresentada é de ações cíveis.
----	---------------------------------	-------------	---

Duas foram as singelas razões que culminaram com a injusta inabilitação do CONSÓRCIO recorrente, a saber:

### **ALEGADA FALTA DE ENTREGA DO SPED**

Mas, o que prescreve o edital, neste particular?

#### *4.5 – Qualificação econômico-financeira:*

*4.5.2 – Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.*

*4.5.2.1 – O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, contador ou outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.*

*Data máxima venia*, a recorrente atendeu perfeitamente ao comando do item 4.5.2 do edital, uma vez que juntou aos autos administrativos o balanço patrimonial do último exercício social, relativamente a empresa ENGEBIO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S LTDA EPP, já exigível e apresentado na forma da lei, **incluindo o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital**, comprovando a sua boa situação financeira, senão vejamos:

<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b> <b>SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped</b>	<b>Versão: 3.3.6</b>
---	----------------------

### RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO		
NIRE	CNPJ	
	93.287.613/0001-32	
NOME EMPRESARIAL ENGEBIO ENGENHARIA LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2015 a 31/12/2015
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 25
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 86.DF.A8.D8.D9.F5.98.AB.49.82.6A.76.8F.3F.77.7D.88.C4.6C.55	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:				
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Outros	25474049072	MARIO SAFFER: 25474049072	665927250889452918429 26498459877325975	22/06/2015 a 20/06/2018
Contabilista	66537193087	EDUARDO CHAVES BORSA:66537193087	160039834376712189700 614442777586365545	12/06/2015 a 10/06/2018

#### NÚMERO DO RECIBO:

86.DF.A8.D8.D9.F5.98.AB.49.82.6A.  
76.8F.3F.77.7D.88.C4.6C.55-2

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 19/05/2016 às 15:30:14

45.B5.0C.CA.87.5B.A9.D4  
06.ED.A9.D9.94.02.8E.8B

Fica dispensado de autenticação o livro da escrituração contábil de pessoa jurídica não sujeita a registro em Juntas Comerciais, nos termos do § 2º do art. 1º da IN RFB nº 1420/2013 incluído pela IN RFB nº 1510/2014.

Portanto, onde estaria a falha na documentação apresentada? A decisão é obscura e omissa nesse particular e deve ser reformada.

**ALEGADA FALTA DA CERTIDÃO DE QUE  
TRATA O ITEM 4.5.1 DO EDITAL**

O processo de licitação é o instrumento jurídico pelo qual a Administração Pública realiza suas aquisições de materiais, serviços e obras, cujas finalidades são: proporcionar a igualdade entre os interessados e obtenção do objeto por meio de contratação com a melhor proposta ofertada.

*In casu*, e salvo melhor juízo, a certidão exigida no item 4.5.1, e da forma requerida, simplesmente é descabida, eis que atualmente inexiste a figura jurídica da "concordata".

É que com o advento da **Nova Lei de Falências**, o instituto da Concordata foi extinto, visto que não mais cumpria com sua função ante as modificações ocorridas no cenário econômico e na própria sociedade como um todo, e foi criado o instituto da Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Assim, a regra editalícia simplesmente confundiu o licitante. E, *data máxima venia*, não pode o licitante ser prejudicado em face de uma exigência descabida, ou ao menos confusa.


Lembre-se que a CONCORDATA era um termo que existia no Brasil até 2005 e servia como um instrumento para evitar a falência. Mas por conta da lei que regulamentava a concordata, que impunha certos pagamentos e prazos, acabava levando as empresas concordatárias à falência. Desde então a concordata foi substituída por outro instrumento, chamado de recuperação judicial cujo o objeto é evitar a falência (morte) da empresa. A recuperação judicial, diferente da concordata, é muito mais flexível, deixando a cargo do administrador judicial (pessoa que passa a fiscalizar a empresa em dificuldades em nome da justiça) e do comitê de credores (que representa aquelas pessoas afetadas diretamente pelas dificuldades da empresa: credores e empregados) a formulação e aprovação de um plano de recuperação judicial.

Com efeito, na contramão do ordenamento jurídico pátrio, que aliás situa-se acima do edital, em se tratando de hierarquia das normas jurídicas, a Administração fez contar no edital exigência descabida e/ou sem base legal, já que ao invés de exigir dos licitantes a apresentação de certidão negativa de execução patrimonial e/ou de falência e recuperação judicial, pediu no item 4.5.1 a "certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da comarca da sede da participante".

#### 4.5 – Qualificação econômico-financeira:

##### 4.5.1 – Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da comarca da sede da participante.

De toda sorte, a administração, em pleno exercício da sua faculdade de diligenciar em **prol do interesse público**, poderia, como ainda pode, constatar que a empresa ENGEBO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S LTDA EPP, encontra-se sem qualquer restrição que a impeça de licitar. Bastaria **uma simples consulta a site do TJRS**, de acesso publico, senão vejamos:

	<p>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL <b>PODER JUDICIÁRIO</b></p>
<p>CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA</p>	
<p>À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:</p>	
<p><b>ENGEBO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE SS LTDA</b>, CNPJ 93287613000132, Endereço - RUA JOAO ABBOTT, 482, PORTO ALEGRE, RS, CEP: 90460-150.</p>	
<p>14 de Novembro de 2016, às 11:29:30</p>	
<p>OBSERVAÇÕES:</p>	
<p>A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <a href="http://www.tjrs.jus.br">http://www.tjrs.jus.br</a>, menu <u>Serviços &gt; Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais</u>, informando o seguinte código de controle: <b>0543cd1d261a17a40fe738c9aee6097a</b></p>	

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Você está em: [Serviços](#) » [Alvará de Folha Corrida e/ou Certidões Judiciais](#)

**Alvará de Folha Corrida e/ou Certidões Judiciais**

**Emissão de Documento**

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA DE 1º GRAU - FALÊNCIA

Palavra-chave:

[busca avançada](#) **BUSCAR**

Tipo de Pessoa: ☐ Pessoa Física ☒ Pessoa Jurídica

Nome: BIO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE SS LTDA

CNPJ: 93287613000132

Endereço: Rua João Abbott, 482, Porto Alegre, RS, CEP:

**Emitir Documento**

**SELO Justiça em números OURO**

**Acesso**

- [O Poder Judiciário](#)
- [Administração](#)
- [Processos](#)
  - [Acompanhamento Processual](#)
  - [Portal do Processo Eletrônico](#)
  - [Formulário para Protocolo de Petições de 2º Grau](#)
  - [Diário da Justiça Eletrônico](#)
  - [TJRS Push](#)

No entanto, a Certidão apresentada pela ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S LTDA EPP, foi uma certidão de natureza CÍVEL.

*Ora, é de conhecimento unânime que para que uma empresa chegue ao ponto de ter uma falência decretada ou mesmo quando era o tempo das concordadas, antes necessariamente precisaria ter contra si ações cíveis que culminassem com a sua situação de inadimplemento, razão que embasaria o pedido falimentar ou concordatário.*

Então, por necessária conclusão, **se a empresa não possui contra si demandas de natureza cível, como poderia sofrer algum processo falimentar ou concordatário?**

Com efeito, tendo a empresa ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S LTDA EPP apresentado a certidão negativa cível cuja cópia nos permitimos aqui reproduzir, seria no mínimo indício forte e suficiente no sentido de que contra si também não existiria ações de natureza falimentar ou concordatária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação cível em tramitação contra a seguinte parte interessada:

ENGEBIO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE SS LTDA, CNPJ 93287613000132, Endereço - RUA JOAO ABBOTT, 482.

22 de Agosto de 2016, às 10:11:22

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta

*Data máxima vênia*, ao invés de simplesmente inabilitar um licitante que teria total potencial para bem atender aos objetivos do certame, e em se deparando com uma situação como essa, o correto e prescrito inclusive pela Jurisprudência Pátria, não seria que a Administração procedesse uma simples diligência, oportunidade em que constataria o pleno atendimento ao **espírito e objetivo derradeiro das exigências do edital**? A resposta positiva se nos parece óbvia.

Na finalidade de atender objeto desejado por meio da contratação da melhor proposta, faz-se necessário fomentar a competitividade para pactuar com a proposta de menor custo e que apresente a melhor qualidade.

Sobre esse tema ensina a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, senão vejamos: *"O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário (...)"*

Destaca-se que o equívoco antes mencionado, que culminou com a injusta inabilitação do CONSÓRCIO aqui recorrente, consubstancia-se em erro formal, totalmente superável e passível de correção imediata por pessoa credenciada para tanto, **em obediência aos princípios da proposta mais vantajosa para a Administração, da economicidade e o formalismo moderado.**

Medida diversa seria adotada pela Comissão de Licitação caso se tratasse de erro substancial, hábil a caracterizar o evidente descumprimento de obrigações ou a modificar o conteúdo da proposta apresentada pelo CONSÓRCIO recorrente. **Não é o caso!**

A comprovação da existência da documentação, sem prejuízo a competitividade do certame, mantém o licitante hábil ao processo, sob pena de excesso de formalismo, razão de o licitante rogar por sua habilitação. De fato, não há de prestar vassalagem ao formalismo, qual tal determina a exclusão do **fim pretendido: a contratação da melhor proposta entre aquelas apresentadas pelos concorrentes do certame.**

Excluir o licitante, no caso em testilha, é cultuar o formalismo em prejuízo do conteúdo jurídico que se objetiva proteger, além de relegar a último plano os anseios da coletividade e ir ao encontro com o princípio da instrumentalidade das formas, que dispõe que serão válidos os atos que, embora realizados de outro modo, preencham a finalidade essencial.

E o TCU possui orientação no mesmo sentido, senão vejamos:

*O Tribunal de Contas da União possui orientação no mesmo sentido:*

*"De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame.*

*Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei nº 9.784/1999".1*

1. Acórdão 7334/2009, Primeira Câmara, Rel.Min.Augusto Nardes, DOU 11/12/2009
- 2 Acórdão 3040/2008, Plenário.

E os Tribunais Superiores também nos orientam no mesmo sentido, a saber:

*ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. EXCESSO DE FORMALISMO. Podendo as exigências fáticas editalícias serem comprovadas por meio idôneo diverso do expressamente previsto, não se admite a inabilitação de empresa concorrente, eis que o excesso de formalismo pode prejudicar os objetivos constitucionais da licitação e desatender o interesse público. Caso em que se realizou Pregão Eletrônico para a locação de equipamentos médicos (bombas infusoras) destinados ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, exigindo-se das empresas participantes do certame a apresentação de certificado de conformidade com a finalidade de comprovar a qualidade e segurança dos produtos por elas oferecidos. Embora a empresa vencedora da licitação, não tenha apresentado o Certificado de conformidade, demonstrou através da apresentação de Relatório de Qualidade para Análise da Qualidade e*

da Certificação do Equipamento - RAQCE e de Resoluções da ANVISA, concedendo registro aos seus produtos, que estes tem respaldo da ANVISA para serem comercializados, presumindo-se, assim, que oferecem a qualidade e a segurança necessárias para a sua utilização. A alteração do resultado do pregão eletrônico poderá trazer prejuízos ao hospital, já que o preço ofertado pela empresa vencedora é inferior ao constante da proposta da impetrante, bem como porque poderá prejudicar o tratamento e o atendimento dos pacientes do Hospital de Clínicas. Apelações e remessa oficial conhecidas e provida<sup>3</sup>.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PEDIDO DE INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR ALEGADO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE. (...) 2. A comissão de licitação entendeu que, muito embora a empresa vencedora não tenha apresentado na proposta comercial a relação do número de empregados que prestariam os serviços, com suas respectivas atribuições, comprovou a licitante sua capacidade técnica e informou a quantidade de empregados que prestariam os serviços mediante documento apresentado na fase de habilitação, o que denota, em última análise, na realidade, observância às regras do edital. 3. Não se mostra razoável afastar a concorrente do certame tão só pela irrelevante irregularidade formal, uma vez que, conforme salientado, documento foi apresentado na fase de habilitação. 4. Entendimento em sentido contrário implicaria prestígio ao excesso de formalismo em detrimento do interesse público, este consubstanciado na obtenção de menor custo à Administração. Precedentes. 5. Segurança denegada<sup>4</sup>.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE. 1. Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei n. 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade estrita, não deve, contudo (em homenagem ao princípio da razoabilidade), prestigiar de forma tão exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público que, no caso, afere-se pela proposta mais vantajosa. 2. A apresentação, pela licitante, de Alvará de Habilitação, fornecido pelo CRA - Conselho Regional de Administração, supre a exigência de certidão de inscrição nesse órgão. 3. Sentença concessiva da segurança, confirmada. 4. Apelação e remessa desprovidas<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> TRF 4ª, MAS 200570000338953, Rel. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, DJ 12/09/2007.

<sup>4</sup> TRF 1ª, MS 200901000405383, Rel. Min. Fagundes de Deus, DJ 23/05/2011.

<sup>5</sup> TRF 4ª, REO 200036000034481, Rel. Juiz Daniel Paes Ribeiro, DJ 19/04/2012.

*ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. EXCESSO DE FORMALISMO. Podendo as exigências fáticas editalícias serem comprovadas por meio idôneo diverso do expressamente previsto, não se admite a inabilitação de empresa concorrente, eis que o excesso de formalismo pode prejudicar os objetivos constitucionais da licitação e desatender o interesse público. Caso em que se realizou Pregão Eletrônico para a locação de equipamentos médicos (bombas infusoras) destinados ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, exigindo-se das empresas participantes do certame a apresentação de certificado de conformidade com a finalidade de comprovar a qualidade e segurança dos produtos por elas oferecidos. Embora a empresa vencedora da licitação não tenha apresentado o Certificado de conformidade, demonstrou através da apresentação de Relatório de Qualidade para Análise da Qualidade e da Certificação do Equipamento - RAQCE e de Resoluções da ANVISA, concedendo registro aos seus produtos, que estes tem respaldo da ANVISA para serem comercializados, presumindo-se, assim, que oferecem a qualidade e a segurança necessárias para a sua utilização. A alteração do resultado do pregão eletrônico poderá trazer prejuízos ao hospital, já que o preço ofertado pela empresa vencedora é inferior ao constante da proposta da impetrante, bem como porque poderá prejudicar o tratamento e o atendimento dos pacientes do Hospital de Clínicas. Apelações e remessa oficial conhecidas e provida3*

*Fonte: TRF 4ª, MAS 200570000338953, Rel. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, DJ 12/09/2007.*

## **DO DIREITO**

---

### **DILIGÊNCIAS NAS LICITAÇÕES**

O instituto das diligências está previsto expressamente no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93. Buscando o significado da palavra diligência no dicionário da língua portuguesa, chegamos à conclusão de que a diligência seria uma forma de investigação, pesquisa, uma verdadeira busca da realidade dos fatos.

A Administração licitante deverá adotar a diligência com a finalidade de elucidar questões surgidas, seja na fase de apreciação dos documentos de habilitação, seja na fase de julgamento das propostas.

Ademais, a diligência tanto pode ser realizada de ofício quanto por provocação de terceiro interessado. A lei só faz a ressalva que deverá ser feita quando surgir alguma dúvida, podendo ser requerida pelos interessados ou feita de ofício pela Administração.

Segundo o saudoso Hely Lopes Meirelles: "O princípio do procedimento formal não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias na licitação, como também não quer dizer que se deva anular o processo ou o julgamento, ou inhabilitar licitantes, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões sejam irrelevantes ou não causem prejuízos à Administração ou participantes do certame." MEIRELLES, Hely Lopes. *Licitação e Contrato Administrativo*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. p. 26.

Deve-se relacionar a diligência com a finalidade e objetivos das licitações e contratações administrativas, e visualizá-la sob a ótica dos princípios que norteiam o processo licitatório. E ver-se-á quão importante é, sobretudo quando se destina a moralizar a face processual dos certames, permitindo elucidar questões surgidas, seja na fase de apreciação dos documentos de habilitação, seja na fase de julgamento das propostas.

O papel primordial das diligências é permitir que a comissão julgue corretamente o certame, "fazendo com que a rigidez formal, as exigências demasiadas e os rigorismos inúteis, com a boa exegese do estatuto licitatório sejam postos à margem" sendo substituídas pela flexibilização da norma em função do objetivo buscado que é a maior participação possível de licitantes.

As diligências na licitação são válidas, pois busca a flexibilidade das normas impostas, dando oportunidade a mais pessoas participarem do certame, portanto, a licitação não tem como fim o procedimento formal, mas sim o menor preço a melhor técnica ou o melhor produto.

Para que o certame possa efetivamente aproximar-se dos legítimos objetivos que justificam a sua própria existência, ou, em outras palavras, de sua finalidade pública, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa, do melhor produto ou serviço, há uma necessidade de "mudança de mentalidade no que se refere ao processo licitatório". Esse é o entendimento de Ada Pelegrini Grinover. "GRINOVER, Ada Pelegrini, citada por OLIVEIRA, op. cit. p. 145".

Temos que ter em mente que o fim da licitação não é exatamente um procedimento licitatório com um formalismo exacerbado, sua meta é a participação de um número maior de licitantes no certame, fazendo com que a Administração adquira bens ou serviços com menor preço.

Segundo Ivo Ferreira de Oliveira, *"é preciso conciliar o respeito às regras previamente estabelecidas, e que balizam os atos pelos quais o procedimento licitatório se decompõe, com o afastamento de exigências demasiadas e rigorismos incompatíveis com a boa exegese das normas do certame"*.

E exatamente um dos meios e modos pelos quais essa conciliação pode ser feita é a realização de diligência, cujo objetivo, diga-se mais uma vez, é eliminar dúvidas, possibilitando um julgamento correto, baseado em fatos e dados reais.

O Processo Licitatório não pode ater-se tão somente ao formalismo, pois sua finalidade primordial é a competição entre os licitantes, que proporciona a aquisição do melhor bem ou serviço pelo menor preço. Portanto, em se tratando de vício formal, a administração pode e deve realizar diligência, com o objetivo de fazer vistorias, exames pertinentes a questões sobre as quais parem controvérsias, como também a juntada de documentos, desde que não cause prejuízo à Administração e partes que concorrem ao certame.

Ensina o mestre Hely Lopes Meirelles: "Procedimento informal, entretanto, não se confunde com formalismo", que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração e aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.

À luz dos argumentos aqui expostos, uma vez que existe motivo que justifique, a Comissão deverá/poderá valer-se de diligência para flexibilização da rigidez das normas que regem o certame licitatório.

**O fim primordial da licitação não é ser um procedimento extremamente formalista e sim a busca da proposta mais vantajosa, do melhor produto ou serviço. Não se pode transformar a licitação em um formalismo estéril, sob pena de desviar a finalidade traçada pelo legislador quando da introdução do instituto da licitação.**

## DOS REQUERIMENTOS

Ante ao todo exposto, requer seja dado provimento ao presente recurso administrativo, reformando-se a decisão recorrida, mediante os seguintes pedidos:

- a) Confirmar que a documentação da empresa **ENGEBIO** apresentada nos autos atendendo o item 4.5.2, alusivo ao balanço patrimonial, por ter apresentado o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil, na forma da Lei.
- b) Com base nos princípios legais que regem a licitação, reconhecer o pleno atendimento ao item que trata da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA pela empresa **ENGEBIO** por ter apresentado "Certidão Judicial Cível Negativa" que comprova que não há demandas de natureza cível, e consequentemente a não existência de qualquer ação que poderia culminar em ação falimentar, concordatária, de recuperação judicial e extrajudicial.
- c) Adicionalmente ao item anterior, caso ainda reste dúvida quanto à situação econômico-financeira da empresa, seguindo os princípios basilares da administração pública e licitação, realizar simples diligência perante o site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: [www.tjrs.jus.br](http://www.tjrs.jus.br), objetivando confirmar a condição de NADA CONSTA em desabono da empresa **ENGEBIO**, quanto à não existência de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial.
- d) Por necessária consequência e com fulcro nas provas carreadas aos autos, além da que será produzida em face da diligência aqui requerida, que então se declare **HABILITADO** o **CONSÓRCIO ENVEX-ENGEBIO-HABITAT**, com as consequências processuais daí advindas, dando seguimento ao certame.

No caso remoto de qualquer pedido não acatado, pede-se que o recurso seja encaminhado à autoridade superior.

Pede e espera provimento.

Curitiba, 16 de novembro de 2016

**CONSÓRCIO ENVEX-ENGEBIO-HABITAT**